



Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo



Ata do mini-fórum do campus Baixada Santista realizada em 16 de abril de 2009.

Aos dezessete dias do mês de abril de dois mil e nove, na Av. Almirante Saldanha da Gama, 89, Ponta da Praia, na cidade de Santos, reuniram-se os representantes discentes, docentes e técnico-administrativos do campus Baixada Santista da Universidade Federal de São Paulo para o mini-fórum do campus Baixada Santista. Membros da comissão presentes: Ana Cristina Passarella Brêtas, Durval Rosa Borges (secretário executivo), Eleonora Menicucci de Oliveira, Hélio Kiyoshi Takahashi, Janine Schirmer, João Aléssio Juliano Perfeito (relator), Klaus Nunes Ficher, Lucila Amaral Carneiro Vianna (relatora), Maurício Corrêa de Almeida, Pola Maria Poli de Araújo, Reinaldo Salomão (relator), Ricardo Luiz Smith (presidente), Sylvia Helena Souza da Silva Batista e Tassiana Godoy. A Prof^a. Pola convida o Magnífico Reitor da UNIFESP, Prof. Dr. Walter Manna Albertoni, o Diretor Acadêmico do campus Baixada Santista, o Prof. Dr. Nildo Alves Batista, a representante do campus na Comissão, Prof^a. Dr^a. Sylvia Batista, o Presidente da Comissão, Prof. Ricardo Smith e o secretário executivo, Prof. Dr. Durval Rosa Borges, para compor a mesa de abertura. Ao abrir o evento, o Prof. Nildo ressalta a importância desse encontro para o campus, que já vem discutindo o processo de reforma do estatuto desde o início dos trabalhos da comissão. Aproveita a oportunidade para comunicar que o Reitor tratou de tranquilizá-lo quanto a inexistência de projeto oficial de criação de uma Universidade Federal do Litoral Paulista junto ao MEC e um possível desmembramento do campus da UNIFESP. A notícia vem sendo veiculada pela imprensa, a partir de projeto de lei do Senador Aloizio Mercadante. Com a palavra o Reitor manifesta sua satisfação em estar no campus e reitera o seu compromisso, já expresso em campanha, de concluir o quanto antes a reforma do estatuto da UNIFESP agilizando, em uma primeira fase, a constituição das câmaras administrativas. Para ele a Universidade caminha cada vez mais para a autonomia sem que com isto perca seu sentido de unidade. Quanto à notícia sobre a Universidade Federal do Litoral Paulista o Reitor explica que somente o Poder Executivo tem a prerrogativa de criar uma universidade, portanto a iniciativa por parte do poder legislativo é infundada. Não há no MEC, segundo o Reitor, nenhuma informação sobre a criação de uma universidade



Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo



federal no litoral paulista. Ao ensejo faz aos presentes dois convites: o primeiro é a sessão solene do Conselho Universitário para dar posse ao Vice-Reitor, Prof. Ricardo Smith, no próximo dia 22 de abril, às 12 horas, no Anfiteatro Leitão da Cunha. O segundo convite é para a Audiência Pública no dia 23 de abril, às 13 horas, no Teatro Marcos Lindenberg, com membros do Ministério Público Federal, Controladoria Geral da União e Tribunal de Contas da União, além de representantes da SPDM, FapUNIFESP e Procuradoria Jurídica/UNIFESP. O objetivo da audiência é esclarecer a comunidade universitária sobre os principais problemas de gestão da UNIFESP apontados pelos órgãos de controle, assim como, as relações com a fundação de apoio e a SPDM. O presidente da comissão, Prof. Ricardo Smith, saúda os presentes, desejando a todos uma tarde produtiva. Em breves palavras, ressalta a importância do novo Estatuto, como lei magna da universidade, deste encontro em particular, e da proposta de levar os resultados dos mini-fóruns dos campi para o II Fórum Geral, evento que subsidiará à comissão na formulação das propostas a serem encaminhadas ao Consu. Passa a palavra ao Prof. Durval Rosa Borges. O Prof. Durval procede a uma síntese histórica da Unifesp, desde a fundação da Escola Paulista de Medicina em 1933 a partir da Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM), passando para a federalização em 1956, a criação da UNIFESP, em 1994, até a configuração atual - uma universidade plena, que conta com o apoio da Fundação de Apoio à UNIFESP para cumprir seus objetivos finalísticos e da SPDM, na gerência do hospital universitário. A Universidade conta, assim, com uma estrutura peculiar, mas que lhe garante o sucesso, como atesta o último ranking do MEC, onde a UNIFESP figura como primeira colocada dentre as melhores universidades do país¹. Na apresentação o Prof. Durval também cita os principais resultados do I Fórum de Debates, realizado em maio de 2008 no Hotel Ca'd'Oro: a) Estrutura organizacional da UNIFESP e novas formas de representação: consenso sobre a formatação de um estatuto sintético que contenha diretrizes gerais e a centralidade necessária, além de consubstanciar-se em instrumento flexível que respeite às singularidades de cada campus; representação e proporcionalidade nos fóruns sem que

1 USP e UNICAMP não participaram do levantamento.



Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo



signifique paridade aritmética, porém com proporções e representações dos diversos segmentos da Universidade; b) Criação de estruturas de apoio às mudanças: preocupação central – atividades de planejamento e gestão. Sugestão: criação de pró-reitoria de planejamento e gestão e atuação das estruturas no apoio à efetiva ação interdisciplinar. O secretário explica o conceito de departamento, como unidade acadêmica mínima: a) é uma unidade de função, de ensino, pesquisa e extensão em área definida do conhecimento; b) pode criar setores para atividades específicas; c) pode integrar estrutura mais ampla. Já o órgão complementar dá apoio institucional e pode ser o embrião de um novo departamento. Ao fim dessa exposição a Prof^a. Pola passa a palavra ao Prof. Nildo Batista. O diretor observa que a flexibilidade e o apoio à diversidade são a tônica do campus Baixada Santista. Em 2009 conclui-se um ciclo com o quarto ano de exercício efetivo do campus e a colação de grau da primeira turma. A marca que distingue o campus é a integração e o trabalho em equipe que, por sua vez, impactam no cuidado ao paciente. Os projetos político-pedagógico, da graduação e, no momento, da pós-graduação e da extensão, são permeados pelo sentido da integralidade. Desde o início das atividades do campus, os primeiros professores tiveram resistência quando a ideia de departamento, que pressupõe divisão de poder. No entanto, para inserir-se na estrutura oficial da Universidade, foram criados três departamentos que têm esta denominação mas fogem do conceito clássico – não congregam áreas específicas do conhecimento mas proporcionam união de pessoas com interesses comuns e com uma lógica de pesquisa: Biociências, Saúde, Educação e Sociedade e, Ciências da Saúde. O desafio do campus para um novo estatuto é encontrar caminhos de crescimento como, por exemplo, um possível Instituto de Ciências da Saúde sem, contudo, perder o sentido da integração. Dando seguimento às exposições, a Prof^a. Pola apresenta a Prof^a. Sylvia Batista. A Prof^a. Sylvia passa a explicar a dinâmica das oficinas que trabalharão com duas questões orientadoras. O grupo 1 tratará do tema “Qual deve ser a estrutura do campus Baixada Santista?” na Sala 24; o grupo 2, “Como deve ser a participação do campus Baixada Santista nos colegiados centrais da UNIFESP?”, na Sala 25. Logicamente ambas as questões associam-se entre si, mas devido ao curto espaço de tempo para as



Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo



discussões e, como o campus já promoveu reuniões antecipatórias ao mini-fórum, a Prof^a. Sylvia acredita no rendimento dos trabalhos. Ela convida a todos a dirigirem-se aos respectivos grupos de discussão. Ao término das oficinas e de volta ao anfiteatro, as relatoras dos Grupos 1 e 2 iniciam suas exposições: **Relatoria do Grupo 1 – Qual deve ser a estrutura do campus Baixada Santista?** (Prof^a Irani Ferreira da Silva Gerab e Carlos Eduardo da Silva Fontoura): 1) entende-se que os esforços para a integração é necessária mas não simples. 2) questão posta: como a nova organização estatutária pode melhorar o fluxo operacional do campus na Universidade? Este, talvez, seja um problema na Universidade como um todo. 3) há crise de identidade e certo desconforto em relação aos diferentes cursos do campus. Unidades que agregassem os cursos resolveriam este dilema?. 4) proposta apresentada pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) e Associação dos Pós-Graduandos (APG): o documento considera o ciclo básico-profissional na organização, o que não atende às especificidades do campus Baixada Santista. 5) proposta discutida na Câmara Especial de Graduação (?): maior representatividade docente, discente e de servidores técnico-administrativos nos órgãos superiores da Universidade; haveria eleição ou consulta à comunidade?; qual seria a atribuição dos cargos de direção?; houve proposta de manter-se a estrutura atual do campus mas as comissões teriam poder deliberativo; destacou-se a importância do conselho de campus; foi sugerida a criação de uma Comissão Permanente Administrativa. 6) proposta do Departamento de Ciências da Saúde (DCS): a) organograma: os colegiados/comissões estariam acima das unidades acadêmicas, garantindo os pressupostos do campus dentre eles, o Projeto Político-Pedagógico. Os colegiados replicariam a estrutura de Conselhos da Reitoria: Conselhos de Graduação (CG), de Extensão (COEX), de Pesquisa e Pós-Graduação (CPPG) e Técnico-Administrativo (CTA), cujas funções seriam deliberativas e não consultivas. O CG substituiria a atual CGAPP; b) autonomia administrativa e financeira em relação ao campus São Paulo; c) estabelecimento de uma hierarquia em que a área-meio (administrativa) esteja em função da área-fim (acadêmica); d) maior representatividade dos diferentes setores do campus (servidores docentes, técnicos e discentes) na composição do colegiado de campus, de



Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo



forma proporcional ao número de representados; e) coordenação docente do CTA com assessoria administrativa terceirizada, ao menos em um período inicial. 7) servidores técnico-administrativos: a) a possibilidade de ampliação do número de unidades acadêmicas pode implicar sobrecarga de trabalho para o número atual de funcionários; b) em quais órgãos colegiados os servidores estariam representados?; a quem deveriam se reportar? (chefe de departamento? diretor administrativo? coordenador de curso?); quais seriam as unidades de lotação desses servidores?. 8) Os departamentos podem existir sem comprometer a representatividade? Mudar a estrutura significa alterar a distribuição de poder; 9) A subdivisão por área profissional pode favorecer a perda da integração dos profissionais de formação distinta. 10) A nova estrutura organizacional deve favorecer o crescimento do campus, aprimorando o que já foi conquistado até aqui. **Relatoria do Grupo 2 – Como deve ser a participação do campus Baixada Santista nos colegiados centrais da UNIFESP?** (estudante Thamires da Silva Souto): Este grupo apontou a dificuldade de se pensar sobre a representação nos colegiados centrais sem uma reflexão sobre a estrutura local. Três propostas de estrutura do campus, então, foram apresentadas pela CEG, DCS e DEC. Segue a síntese das discussões: 1) abertura para discussão de criação de um Instituto de Ciências da Saúde com a perspectiva futura de surgimento de outros institutos, segundo a necessidade; 2) representações gerais: todas as categorias devem ser eletivas; deve-se garantir a representação de todos os campi nos colegiados, considerando os perfis distintos de cada um. Após as apresentações das relatorias o Prof. Ricardo comenta que muito dos tópicos discutidos são pertinentes ao Regimento Geral como, por exemplo, a relação entre os cursos, os eixos e os departamentos. Algumas questões ainda são passíveis de maiores discussões tais como uma melhor definição para o Conselho de Campus - como este figuraria na estrutura da Instituição, se o seu papel é meramente administrativo ou acadêmico/administrativo e quem representaria o campus no Consu. A prof^a. Angela Capozzolo indagou como tem sido as discussões nos demais campi quanto a sua representação na macro-estrutura universitária. Dando seu testemunho, a prof^a. Janine, membro da Comissão, responde que participou dos mini-fóruns de Diadema e São Paulo. No campus São Paulo percebe



Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo



estar havendo um processo de desconstrução histórica. Há certo consenso sobre duas unidades, a Escola Paulista de Medicina e a Escola Paulista de Enfermagem. No caso do Departamento de Enfermagem as propostas de estruturação fazem menção à existência do departamento como unidade mínima, de congregação e câmaras de planejamento, ensino, pesquisa e extensão, aonde a representação seguirá o critério da proporcionalidade. As atuais disciplinas devem se transformar em departamentos organizados por áreas afins do conhecimento. Segundo a professora, algumas questões difíceis de equacionar no campus São Paulo referem-se aos departamentos das áreas básicas e sua possível agregação em um Instituto; aos quinze departamentos ligados ao curso médico e que poderão sofrer uma redução em seu número; aos cursos tecnológicos e a dúvida quanto a sua vinculação (Escola? Instituto? Centro?). Basicamente o campus propõe um Consu formado por reitor, vice-reitor, pró-reitores, diretores dos campi, diretores das Escolas, e representantes de todas as categorias funcionais, seguindo a base da proporcionalidade. Segundo a prof^a. Ana Brêtas a proposta de se manter institutos, faculdades e escolas em um mesmo nível hierárquico anula a disputa de poder, preservando o projeto político-pedagógico. Elogia o campus Baixada Santista, aonde percebe haver mais consenso do que dissenso. O prof. João Aléssio comenta que a escolha de permanência de estruturação em eixos temáticos não caberá ao estatuto e sim, ao regimento. Caberá ao campus refletir em formas de organização interna e de inserção no organismo central desejadas. A comissão, ao auscultar as demandas de cada campus, terá maiores condições para a formulação de um estatuto sintético e, ao mesmo tempo, flexível e aberto à diversidade dos campi. Complementando, o Prof. Reinaldo pontua que o estatuto deverá representar os diferentes fóruns de organização que existem e que têm sucesso na Universidade. É preciso encontrar formas de convergência entre projetos pedagógicos e estruturas organizacionais diversos no novo estatuto. O projeto político-pedagógico do campus Baixada Santista é referência para todos e um novo marco legal deve prever e garantir essa estrutura. Ao término dos trabalhos o prof. Nildo se diz satisfeito com os avanços obtidos no mini-fórum, que abre perspectivas para um maior aprofundamento das questões locais quanto a direção do campus, criação de



Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo



órgão colegiado superior, coordenações de pós-graduação, extensão, graduação e administração, e cargos eletivos. Acredita que no fórum geral será possível o campus encaminhar as formas de representação aos colegiados. Com a palavra, a prof^a Sylvia conclui que a inovação alcançada no campus Baixada Santista só se tornou possível com o apoio dos professores, alunos e funcionários. Também destaca o trabalho da Comissão de Reforma do Estatuto que desde o início de sua trajetória defendeu o princípio da flexibilidade e da diversidade, apesar dos percalços que tal postura implica. A estudante Isabel Keppler, representando o corpo discente, reitera proposta apresentada pelo DCE/APG com o adendo de que esta será complementada com matérias específicas relacionadas ao campus. O representante do DCE e membro da comissão, Klaus Ficher, considera importante definir uma segunda data de mini-fórum para o campus. A Prof^a. Sylvia responde que, oportunamente, haverá uma segunda reunião para discussão interna. Com o adiantado da hora, em nome do Reitor, o prof. Ricardo Smith, agradece a todos os presentes e encerra a plenária. Para constar, eu, Eunice Akiyama, secretária, redigi a presente ata.